

Ata da Reunião Ordinária do dia 23 de fevereiro de 2026, que devido ao mau tempo foi transferida para o dia 03 de março de 2026, as 17:30hs, realizada na sala do Conselho Municipal de Saúde, conforme Edital de Convocação. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Sr. Pedro Reimburg, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, em especial dos convidados Sr. Luís Flávio, Sr. João Pedro Santos da Silva, Sra. Juliana Mariano Pereira Silva e a Sra. Elizabete Martins, e pediu autorização para gravar a reunião, que foi aceito por todos, após iniciou com o **Item 01 - Verificação de presença e existência de “quórum” qualificado para instalação do Colegiado Pleno**, que contou com a presença de 12 (doze) conselheiros, sendo 05 (cinco) titulares: Sra. Selma Alcântara, Sr. Juarez Rodrigues, Sr. Pedro Reimburg, Sra. Cíntia Cabra e Sr. Manoel Jesus; e 07 (sete) suplentes: Sra. Gabriela Priscila, Sra. Ana Clara Viegas, Sra. Gisele Canto, Sra. Rosa Osório, Sr. José Fernando, Sr. Renato Drummond e Sr. Jhonata Pablo, passa para o **Item 02 - Leitura e aprovação de ata** da reunião ordinária do dia 26 de janeiro de 2026, o presidente pergunta se todos receberam a ata e se havia alguma dúvida, não havendo questionamentos foi colocada em votação e foi aprovada por todos, passando para o **Item 03 – Despacho e Expediente**, o presidente perguntou se todos receberam os ofícios e e-mail e se há alguma dúvida, sem questionamentos, passa para o **Item 04 - Ordem do Dia: 4.1 – Convide a Coordenadora da DISAF e a responsável pelo PSF do Mataruna para esclarecimentos sobre a unidade de Saúde;** O Sr. Pedro Reimburg, presidente do Conselho Municipal de Saúde, esclarece que por motivos pessoais a Sra. Elizabete, coordenadora do DISAF, não pode estar presente no momento inicial da reunião, mas que a responsável no PSF Mataruna, Sra. Juliana Mariano, enfermeira, estava presente para esclarecer as dúvidas dos conselheiros, e inicia dizendo que este conselho recebe muita reclamação sobre o acolhimento da recepção, a Sra. Juliana inicia explicando que o posto dispõem de 3 equipes, separadas por região, a equipe do Jardim São Paulo, a equipe do Mataruna e a equipe do Mutirão e algumas pessoas do Rio do Limão que são cadastradas na unidade, que só existe uma recepção, e o acolhimento é feito pelos agentes comunitários, que todos os dias tem fluxo de atendimento grande pois a equipe do Mataruna por exemplo é composta por 3 médicos, e as demais equipes possuem um médico cada, mas há atendimento com nutricionista, atendimento mensal com cardiologista, pediatra duas vezes na semana, fisioterapeuta todos os dias além de demais atendimentos, que só na equipe do Jardim São Paulo são quase 3 mil pessoas cadastradas, e que existe a livre demanda que busca a unidade para realizar teste rápido, vacinas, curativos e etc., destaca que todos os dias existe agendamento para consultas. O presidente do conselho questiona se as equipes conseguem atender a demanda, e a Sra. Juliana informa que sim, que não existe problema na marcação de consulta na unidade. A Sra. Selma questiona se as reclamações são referentes a falta de atendimento ou quanto a forma de atendimento, o Sr. Pedro destaca que é quanto à forma de atendimento. A Sra. Juliana informa que frequentemente é feita reunião com a equipe onde são orientados como agir nos atendimentos, que a unidade não possui um administrador, mas existe uma enfermeira responsável para cada equipe, e que não chegou até ela nenhuma reclamação, justifica inclusive que os pacientes da unidade são muito “reclamativos”, pois alguns procedimentos eram feitos de forma indevida, e agora esses serviços são negados como a transcrição de receita sem passar por consulta, pois é necessário a medição de pressão, glicose, peso e etc. para atingir os indicativos, então a população reclama do serviço. Destaca que a unidade faz marcações todos os dias, com atendimento médico todos os dias, com acolhimento pelo agente comunitário de saúde na recepção, de segunda a sexta, que consegue atender a demanda da localidade. O Sr. Pedro Reimburg explica gostaria de esclarecimentos sobre a reclamação

feita por uma senhora que alega ter chego na unidade as 8h e por volta das 12h ainda não havia sido atendida, que a médica comunicou que as consultas atrasariam, ela então resolveu buscar a filha na escola, quando retornou após cerca de 40min, seu nome já havia sido chamada e foi informada que não seria atendida naquele dia, o que gerou indignação a paciente. A Sra. Juliana explica o ocorrido, a médica da equipe do Mataruna estava em atendimento quando chegou um paciente com agravo, de demanda espontânea, onde foi explicado aos pacientes que aguardavam a consulta que havia chego um paciente que precisava de prioridade no atendimento, o que gerou um atraso na agenda. Quando a referida paciente foi chamada ela não estava na unidade, quando retornou, alegou ter ido em casa para utilizar o banheiro, sendo que a unidade possui banheiros em funcionamento. Os detalhes ela não sabia informar pois o fato ocorreu em seu horário de almoço, mas que a paciente ao retornar não foi atendida pois a médica justificou que a agenda atrasou devido a demanda do paciente com agravo e que ela não permaneceu na unidade, a paciente então entrou na sala da medica a desacatando, depois pediu a enfermeira uma declaração de comparecimento alegando que foi em casa almoçar, e foi negado pela sua ausência, já que esse tipo de declaração responsabiliza a unidade pelo paciente durante o período. O conselheiro Sr. Manoel Jesus questionou se existe guarda municipal ou controlador de acesso na unidade, a Sra. Juliana explica que não, o que possui é uma portaria feminina diurna em cada porta. A conselheira Sra. Gabriela Priscila pergunta se existe tolerância de atraso para o paciente, uma vez que os médicos, em geral, chegam atrasados, sendo que os demais servidores, independente do cargo, administrativo, psicólogo, assistente social, enfermeiro e etc. precisam cumprir a carga horária. A Sra. Juliana alega que sim, existe tolerância de atraso para atendimento. O conselheiro Sr. Renato Drummond pergunta se a agenda é por hora marcada ou ordem de chegada, a Sra. Juliana informa que por ordem de chegada, mas que existem as prioridades que são classificados na triagem. O Sr. Renato pergunta também se quando há pacientes como o citado, se todos são atendidos e avisados sobre a demora, a Sra. Juliana revela que sim, e que a enfermagem faz o primeiro atendimento e muitas das vezes direciona o paciente para UPA, solicitando uma ambulância para a referida unidade. O Sr. Pedro Reimburg pergunta se todos os médicos cumprem agenda de 20 pacientes ao dia, a Sra. Juliana informa que sim, além da demanda espontânea. A conselheira Sra. Gabriela Gouveia pergunta se existe quantitativo de funcionários suficiente para atender a demanda da unidade, ao que a Sra. Juliana exprime que sim, sua equipe por exemplo que atende ao Jardim São Paulo é composta por 1 enfermeira da família, 1 técnico de enfermagem, 3 agentes comunitários de saúde (ACS) e 1 médica da família, já a equipe que atende o Mataruna possui 3 médicos devido a demanda. A conselheira Sra. Ana Clara destaca que quando recebeu a demanda entendeu que o problema está na forma de acolhimento, que as vezes o usuário é tratado de forma ríspida pelo funcionário, e que é preciso ter um olhar para a saúde desse profissional, que as vezes está fazendo este acolhimento na recepção como desvio de função, como o caso dos ACS, deixando esse profissional sobrecarregado e o adoecendo, e que existe esse desvio de função em diversos cargos há alguns anos em todo município. O Sr. Geraldo questiona a frequência da consulta com cardiologista e a Sra. Juliana destaca que a equipe de saúde da família não comporta um cardiologista, que essa demanda é encaminhada através do sistema para a regulação. O presidente do conselho aproveita para informar que o conselho já fez o questionamento do quantitativo e condição das ambulâncias do município, e que agora já existe um processo para aquisição de 14 ambulâncias, mas sem andamento, que na época dos questionamentos do conselho o município chegou a receber 2 ambulâncias destinadas ao SAMU. O conselheiro Sr. Jhonata Pablo, questiona sobre o caso de uma

paciente residente no Mataruna que teve dificuldade para a marcação de consulta no PSF em setembro, e quando conseguiu a consulta, por duas vezes, uma em outubro outra em novembro, o médico não compareceu, e ela estava com dificuldade para realizar até mesmo um encaixe para consulta, só conseguiu uma consulta em dezembro, sendo que já tinha todos os exames e então foi encaminhada para o endocrinologista que foi marcado somente para janeiro. A Sra. Juliana informa que esse encaminhamento é feito através do sistema SIM. Sem mais questionamentos passam para o **Item 4.2 – Convite à Coordenadora da Saúde Mental para apresentar o “Conselho Gestor em Saúde Mental”, composto por usuários, trabalhadores e gestores para pensarmos sobre a política mental em Araruama;** O Presidente passa a palavra para a conselheira e coordenadora da Saúde Mental Sra. Selma Alcântara, que inicia justificando que a criação do conselho local de saúde ou conselho gestor de saúde mental surge pela demanda de reclamação das unidades de saúde mental, que as vezes essa demanda não recebe a devida atenção, e que o serviço precisa ser pensado junto com o usuário já que eles possuem uma visão mais ampla, nos CAPS já existem os grupos de familiares, que se reúnem para falar sobre o serviço e das dificuldades em lidar com paciente psiquiátrico e foram se fortalecendo, indicando o que precisa e o que desejavam de melhorias, chegando até a Ouvidoria da Saúde solicitando uma reunião para realizar uma queixa tendo em vista a busca por essas melhorias, onde observou-se a necessidade desse grupo auxiliar a gerir esse serviço, onde surge a proposta de formar uma comissão de usuários, familiares, representantes da sociedade civil e gestores das unidades de saúde mental para pensar coletivamente em como melhorar os serviços em saúde mental, em benefício de todos, para que o serviço fique com a cara da população de Araruama, um exemplo do que a mobilização social realiza foi a mudança do prédio do CAPS II, o presidente do conselho destaca a importância que o CMS/AR teve nessa fiscalização e solicitação de melhoria no local de atendimento. A conselheira Sra. Selma destaca que o conselho trabalha no nível macro, e o que está sendo proposto é uma comissão dentro do programa de saúde mental para pensar num nível menor, no micro, os usuários que utilizam esse serviço; apresenta o Sr. João Pedro Santos, servidor público do município, psicólogo, conselheiro do Conselho Nacional de Saúde no seguimento usuário, pela Associação Nacional de Pós-graduandos por ser estudante de mestrado/doutorado, onde realiza estudo partindo da ótica de controle social, que entende o SUS para além do atendimento, mas um projeto de formação social, por isso a necessidade de resgatar e fortalecer o controle social; que a 17ª Conferência Nacional de Saúde, voltou a incentivar a descentralização dos Conselhos Municipais de Saúde, com micros conselhos, distribuídos nas regiões dos municípios, que cada UBS abrigasse um conselho, não sobrepondo ao Conselho Municipal, mas presente naquele espaço democrático de controle social do território, discutindo as condições desse território específico, e buscou a informação de que pode ser também dentro de programas territoriais de saúde mental, desde que estimule a descentralização do conselho municipal e estimule a participação efetiva dos usuários na gestão/cuidado do SUS. O programa de saúde mental que já vinha se reunindo com os usuários, pacientes e gestores então, repensou como um Conselho Gestor, dentro deste movimento de Conselhos Regionais seguindo o modelo de regimento interno guiado pelo CNS, um conselho paritário (50% usuários – pacientes e familiares das unidades, 25% gestor e 25% trabalhadores, todos com titular e suplentes), onde realizou no período de dezembro/2025 a janeiro/2026 um processo eleitoral dos usuários de cada unidade com fiscalização de cada unidade, após eleição dos trabalhadores, a indicação dos gestores e agora apresentando ao Conselho Mu-

nicipal de Saúde para sua legitimidade. A Sra. Selma Alcântara destaca que essa iniciativa foi da população usuária do serviço, sem motivação política, e estimulada para que eles tenham entendimento de como acessar o serviço de saúde, os modos de cuidados e possam garantir a continuidade do serviço, que a escuta ao usuário de saúde mental não é tão simples, que as vezes é contraditório ou querem reivindicar ali outros serviços de saúde, exemplo, uma falta de carro para levar um paciente a consulta oftalmológica, sendo que ali o local é para o debate de necessidades e serviços de saúde mental, e trabalhando o entendimento da função de cada um nesse processo de controle social, tendo a oportunidade de ouvir ideias de como melhorar o serviço, ouvir o trabalhador também numa posição de dizer as dificuldades e propostas para as questões. A Sra. Selma Alcântara destaca que essa semana o Ministério da Saúde lançou edital para repasse de verba para ampliação da rede de controle social, o Sr. João Pedro acrescentou que em reunião do CNS em fevereiro, foi discutido essa questão da ampliação do controle social e que o governo também está entendendo a necessidade da participação dos usuários, não enquanto representantes formais da sociedade, mas pacientes e seus familiares, pois da mesma forma que há um crescimento da indústria, do setor privado, que vai minando o SUS, é preciso que os usuários façam essa pressão exigindo melhorias, salienta também a dificuldade do financiamento dos conselhos, assim como o CNS também sofre, então Ministério da Saúde lançou esse edital para propostas como esta, afim de estimular financeiramente a realização e distribuição destes conselhos no território. A conselheira, Sra. Gabriela pergunta como está chegando à população esse movimento, ao que o Sr. João Pedro responde que a ideia era trazer a informação para ciência deste conselho, para realizar então um encontro informativo, fazer as definições internas de funcionamento e pensar na atuação, que já existe a proposta de ir no território conversar. O Sr. Geraldo pergunta como este conselho está estruturado, e a Sra. Selma informa que já foi feito um regimento interno junto com os usuários, trabalhadores e gestão, elaborou a justificativa, o modelo de eleição e etc., e precisa inclusive que o Conselho Municipal de Saúde endosse essa documentação, que será formalmente encaminhado ao CMS, junto com os registros de atas das reuniões, pois depende do aval deste conselho para seguir para o secretário de saúde e então acontecer as publicações. Em tempo, destaca que existe uma vaga no segmento usuário para suplente, caso haja interesse de algum conselheiro em participar. Sem mais, o presidente passa para o item **5 – Assuntos Gerais:** O presidente informa que o espaço para a realização da 13ª Conferência Municipal já está reservado; reforça que dia 06/03 haverá a reunião da Baixada Litorânea com o representante do Ministério Público, para conversar sobre peça orçamentária, contador e secretária executiva, para auxiliar a prestação de contas entre outras; a questão de ambulâncias já citado, é que existe processo de aluguel de 14 ambulâncias sendo 7 de transporte, 6 de suporte básico a vida e 1 de suporte avançado de vida; Registra também que ao retornar de uma visitar o CMS de São Pedro da Aldeia, um carro desgovernado bateu na traseira do carro do conselho mas que já foi encaminhada a documentação para resolução; Informa que o conselho foi convidado a participar do “Podcast Incluir +”, onde participou junto com do conselheiro Sr. Felipe Peçanha; Destaca que o Estado está abrindo vagas para realização de pequenas cirurgias com a finalidade de diminuir a demanda dos municípios; Em levantamento junto ao cadastro do cartão do SUS, computou cerca 158 mil cadastros; o Sr. Geraldo pergunta se há alguma normativa sobre o atendimento de cadastrado utilizar outra unidade básica de saúde no município, ao que a Sra. Elizabete informa que não, mas é indicado que o usuário tenha prioridade na sua unidade de referência para não sobrecarregar as demais unidades. Sem mais, o presidente Sr. Pedro Reimburg agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião.

---

Pedro Reimburg  
Presidente CMS/AR

---

Marcele da Silva Castro  
Of. Administrativo